ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-6-2022.

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Giovane Byl, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 008, 009, 010, 011, 012, 013 e 014/21 (Processos nºs 0297, 0309, 0321, 0322, 0323, 0324 e 0325/21, respectivamente) e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 100, 101, 103, 104, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115 e 117/21 (Processos nºs 0298, 0299, 0301, 0302, 0304, 0308, 0310, 0311, 0312, 0313, 0314 e 0316/21, respectivamente), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 398/21 (Processo nº 0951/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 547/21 (Processo nº 1226/21), de autoria de Daiana Santos, Bruna Rodrigues e Karen Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 092/22 (Processo nº 0173/22), de autoria de Kaká D'Ávila; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 112/22 (Processo nº 0213/22), de autoria de Moisés Barboza. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 351/2022, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Executivo nº 023/20 (Processo nº 0370/20); nº 2213/2022, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 015/22 (Processo nº 0470/22); e nº 2243/2022, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/22 (Processo nº 0478/22). Ainda, foi apregoado o Ofício nº 1888/GP, firmado pelo senhor Idenir Cecchim em treze de maio do corrente, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Porto Alegre, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 011/22 (Processo nº 0392/22). A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Alexandre Freitas Garcia, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), e de Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, concedendo-lhes a palavra para pronunciamento acerca do DMAE. Em prosseguimento, Lourdes Sprenger, Gilson Padeiro, Cassiá Carpes, Laura Sito, Cláudia Araújo, Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Airto Ferronato e Pedro Ruas pronunciaram-se acerca do assunto em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Pedro Ruas e Bruna Rodrigues. Na oportunidade, por solicitação de Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem

póstuma a Sara Nunes. Ainda, o Presidente concedeu a palavra a Alexandre Freitas Garcia e Germano Bremm, para considerações finais. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e dois minutos às quinze horas e cinquenta e três minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso do trigésimo quinto aniversário do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (SESCON-RS), nos termos do Requerimento nº 070/22, de autoria de Lourdes Sprenger. Compuseram a Mesa: Alexandre Bobadra, presidindo; Flávio Duarte Ribeiro Júnior, Celso Luft e Luis Fernando Ferreira de Azambuja, respectivamente Presidente, Vice-Presidente Legislativo e Institucional e Diretor do SESCON-RS. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Lourdes Sprenger, proponente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao senhor Flávio Duarte Ribeiro Júnior, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e onze minutos às dezesseis horas e quinze minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Karen Santos. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Deise Zanin, Presidente do Instituto Atlas Biosocial, para pronunciamento acerca da implementação da lei municipal de ampliação da triagem neonatal. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Márcio Bins Ely, Aldacir Oliboni e Alvoni Medina manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e um minutos às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassiá Carpes, Claudio Janta, Matheus Gomes e Alexandre Bobadra. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, senhoras e senhores.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Solicito que se cante parabéns à Banda Municipal, que está fazendo 97 anos.

(Procede-se à entoação do Parabéns a Você)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): Hoje temos o comparecimento do Sr. Germano Bremm, secretário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS; e do Sr. Alexandre Freitas Garcia, diretor-geral do DMAE; que abordarão o assunto sobre o DMAE. Convidamos o Sr. Germano Bremm e Sr. Alexandre Freitas Garcia a fazerem parte da Mesa.

O Sr. Germano Bremm está com a palavra.

SR. GERMANO BREMM: Obrigado, Presidente Janta; boa-tarde vereadores, vereadoras. É uma alegria estar nesta Casa, podendo esclarecer todos os atos necessários, dando transparência para esse processo que hoje está pautado pela imprensa. Eu, que já trabalhei aqui na Câmara de Vereadores, esta Câmara que me recepcionou tão bem, nos meus 16 anos de idade, quando comecei como estagiário, aprendi que uma das prerrogativas da Câmara, Alexandre, é fazer a fiscalização, e, por isso eu e o Alexandre estamos aqui para prestar todos os esclarecimentos necessários, por solicitação do prefeito, dando transparência para esse processo. É nesse sentido, Presidente, que eu queria inaugurar a fala pontuando que o Centro Comercial Assis Brasil, ou Havan, como é conhecido, cumpriu todas as medidas mitigatórias necessárias para a implantação do empreendimento dentro da sua área de cerca de seis hectares. Ocorre que, fora dessa área, sempre houve uma necessidade muito grande em função de problemas estruturais de drenagem, uma necessidade de resolver esse problema. Em função disso, o Município, naturalmente respaldado pelos instrumentos legais, especialmente o Plano Diretor, aproveitou essa oportunidade empresarial do empreendimento que ali se instala para pleitear a resolução de um problema estrutural da cidade, não só do empreendimento, mas de toda aquela região. O nosso Plano Diretor, nos arts. 21 e 23, plano esse discutido com a comunidade e aprovado pela Câmara de Vereadores, nos deu esta legitimidade: no momento da discussão dos projetos especiais de impacto urbano, que a gente tente trazer esse problema de infraestrutura, esse problema do entorno, para solicitar o auxílio do empreendimento para resolver esse problema. Foi a partir dessa perspectiva que a gente levou essa demanda da solução, da ampliação e da correção do canal, para resolver o entorno de cerca de 200 hectares. Aquela região, como vocês sabem, ela é alagadiça, alagadiça muito anterior ao empreendimento. Foi nessa perspectiva que a gente entabulou essa negociação devidamente respaldada pela nossa legislação municipal e que é do escopo do nosso trabalho, enquanto Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo, de a gente fazer esse tipo de construção. Não é o único caso, em outras oportunidades, já foi feita essa negociação. O empreendedor então assumiu essa obrigação de fazer a execução do canal, uma obra significativa, de um montante significativo, e o Município, por meio do Departamento de Água e Esgoto, assumiu a responsabilidade de fazer a compensação vegetal. Repriso: necessariamente, não há recurso passado ao empreendedor, o recurso repassado do DMAE é para o Fundo Municipal do Meio Ambiente, que tem, dentro das suas obrigações, fazer o plantio urbano da cidade. Então, esse recurso, ele sai do DMAE, entra para o Fundo do Meio Ambiente, para fazer o plantio na cidade. Então não há nenhuma irregularidade, nenhuma ilegalidade que a gente tenha vislumbrado, é um processo bastante natural, mas a gente está aqui, naturalmente, para esclarecer, para prestar todas as informações que os vereadores entenderem aqui como necessárias. Alexandre, gostarias de complementar a minha fala?

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Matheus Gomes assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): O Sr. Alexandre Freitas Garcia, diretor-geral do DMAE, está com a palavra.

SR. ALEXANDRE FREITAS GARCIA: Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Para mim, é um prazer estar aqui e poder revelar, esclarecer tudo isso que está acontecendo, que vem envolvendo aquele empreendimento da Av. Assis Brasil, lojas Havan e Stock Center. Para nós, é sempre uma grande oportunidade de vir aqui e conversar com os representantes do povo, onde a gente consegue ter um alcance muito grande sobre a importância. Na minha fala, quando eu me referir à mitigação, é sobre aquilo que é gerado pelo empreendimento diretamente. Todas as obras de mitigação do empreendimento foram feitas, suportadas e executadas única e exclusivamente pelos empreendedores. O que eu digo com isso? Todo o aumento de volume de água das chuvas gerado por eles por impermeabilizar o solo, por empreender, por construir ali, eles têm que entregar a condição da via pública exatamente na mesma condição que havia antes do empreendimento. Isso é mitigação. A contrapartida é quando ele entrega algo mais para o Município, que vê naquela oportunidade, naquele momento, uma grande oportunidade. O empreendimento tem uma área total de cerca de 6 hectares, que eles impermeabilizam, que eles atuam, e as obras de contrapartida estipuladas a eles vão dar o atendimento de uma área de em torno de 200 hectares. Nós teremos ali 200 hectares com uma condição melhor. Foram atribuídas a eles, além da limpeza e dragagem do canal, um alargamento, retificação e ampliação desse canal para que a gente consiga levar uma condição muito melhorada para a população, aquela população da Zona Norte que já sofre muito com as condições de alagamento, as condições de infraestrutura de drenagem urbana, de gestão das águas urbanas. Por fim, só para terminar a minha manifestação inicial, é importante deixar muito claro que após a execução das obras, as obras que são em área pública, em área de execução do DMAE, serão entregues para o DMAE e o DMAE vai ter que seguir fazendo a manutenção, que é algo que a gente vem lutando muito fortemente para fazer a limpeza e dragagem dos canais, para que a gente tenha um melhor escoamento das águas das chuvas. No momento em que a gente fosse assumir, que a gente assume estas obrigações, nós fazemos, efetivamente, as compensações vegetais. Temos compensações vegetal no arroio Passo das Pedras, onde a gente está fazendo dragagem e limpeza, no arroio Dilúvio, no arroio Cavalhada, em todas as nossas ações, a gente também faz a compensação vegetal nesses casos. Para que fique bem claro, não há absolutamente nenhum pagamento, nenhum recurso do DMAE para o empreendedor, o DMAE fará o depósito da compensação vegetal por entender que, gerido pelo Fundo, se consegue ter uma política de recuperação vegetal muito mais organizada do que simplesmente só o DMAE sair a fazer o plantio dessas mudas. O DMAE poderia ter feito uma escolha, ou faz o pagamento para o Fundo ou faz o plantio de um determinado número de mudas. Por uma questão urbanística, por uma questão de uma melhor gestão de tudo que vai ser plantado, a nossa opção é por fazer o pagamento para o Fundo. São pessoas que estão lá dedicadas exclusivamente para que a gente tenha um plantio, um manejo dessa vegetação com melhor condição, com padrão, com melhor estrutura de pensamento. Ao

fazer esse depósito para o Fundo, o Fundo é gerido, é gestado pelo Município, pela Secretaria de Meio Ambiente que é quem faz toda a gestão. Então não há, absolutamente, nenhum pagamento, nenhum recurso do DMAE que vai sair para o empreendedor neste caso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): A Ver.ª Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Ver. Matheus Gomes, na presidência dos trabalhos; boa trade secretários. De acordo com que tem saído na imprensa e visando esclarecer, primeiro, eu vou solicitar um resumo para que, depois, venha para o plenário para nós não perdermos tanto tempo com questionamentos, pois este tempo é curto para esclarecer tudo. O que eu captei do noticiário é que é um centro comercial o Assis Brasil, que a primeira obra é Havan. Já conheço, já estive lá, e que R$ 1,7 milhão foi desembolsado pelo DMAE para este empreendimento. Já foi dado uma pincelada aqui, pelo diretor do DMAE. O ressarcimento, segundo as acusações, o noticiário, costuma ser de custos do empregador e não do órgão público; esse é o maior questionamento! Por ser uma obra de utilidade pública e de grande importância para o escoamento das águas das chuvas, por isso é considerado de utilidade pública, mas eu gostaria de entender mais isso aí. E essa compensação, secretário Germano, 17.200 mudas, a que valor equivale, que vai isso para o Fundo do Meio Ambiente? Inicialmente era isso, fico aguardando esse resumo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Ver.ª Lourdes.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sra. Sara Nunes, aos 24 anos, devido a um AVC - foi servidora da Casa, trabalhou comigo.

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Matheus Gomes, secretário Germano e diretor Alexandre Garcia. Eu me sinto bem

contemplado pelas explicações sobre o empreendimento. Eu acho que também falando na compensação vegetal ali e o direcionamento das águas, mas queria lhe fazer uma pergunta: por que, ao invés de trazer esse tipo de pauta, não traz uma pauta aí que está sendo feito um investimento de R$ 300 milhões, no Extremo-Sul, em que vai poder resolver os problemas de falta de água? E também gostaria, diretor, de perguntar: por que a gente tem como chegar numa torneira e beber uma água tratada pelo DMAE direto, sem precisar tratar mais ainda? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Ver. Matheus Gomes, que está dirigindo os trabalhos; quero saudar o Alexandre Garcia, o Germano, dois secretários vindo a esta Casa ao mesmo momento. Eu acho que essas questões, de vir aqui e fazer esclarecimento, Germano e Alexandre, são normais da natureza democrática, no sistema parlamentar que esta Casa executa. Então, eu acho que vocês viram explicar uma coisa que não foi bem explicada é a melhor coisa para este Parlamento, até porque estamos entre o mar e o rochedo, os extremos hoje estão chamando questões que parecem ser uma coisa e é outra. A imprensa, por natureza, não todas, às vezes, quando uma empresa não faz publicidade lá e faz na outra – o gaúcho vive assim. Se eu, que sou comentarista, vou numa e não vou na outra, eu sou bombardeado, perguntam por que não fui na outra também. O gaúcho é assim! Portanto, vocês vêm aqui explicar as contrapartidas, as demandas, o que vocês vão fazer, por exemplo. A única coisa que eu defendo, eu acho que vocês devem sentir essa questão, é que, quando se faz uma obra dessa natureza numa região, que a contrapartida fique naquela região – é uma coisa que eu defendo –, porque se valoriza mais aquela região que foi, muitas vezes, atendida por um aspecto, mas perde de outro, porque cresce demais a região, ela se desenvolve, mas às vezes desenfreada, e, naturalmente, é nesse sentido que vocês têm que olhar, é fortalecer a região. Nós sabemos que um empreendimento daquela natureza que foi lá para a região, não quero falar para não dar publicidade, sem dúvida, tem risco. Quando a Prefeitura se alia a isso, possibilitando a geração de emprego, renda e mobilização naquela região, uma área que a gente passava ali e via, parece que iam construir, não iam construir, parece que ia melhorar, só vai melhorar com a esses grandes empreendimentos, são áreas grandes. Fico muito feliz de vocês virem aqui dar esclarecimento aos vereadores, àqueles que porventura têm dúvida. Saiu uma matéria no jornal, a matéria foi dura, é importante explicar, dizer a verdade que existe. Então, é nesse sentido que a Casa está muito feliz, e senti que vocês vieram aqui coesos, determinados a defender porque, às vezes, o indefensável ninguém defende, mas tem que explicar para a sociedade as questões, como é que se realizou essa obra, como é que se realizaram as contrapartidas, enfim tudo aquilo que a sociedade espera de um grande negócio. O grande negócio tem que ser bom para os dois

lados, tem que ser bom para o negociante e tem que ser bom para Porto Alegre. É nesse sentido que eu penso, e parabéns por terem vindo aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): A Verª Laura Sito está com a palavra.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, nosso Presidente, Ver. Matheus. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Muito importante a vinda de vocês aqui para poder prestar esclarecimento sobre um tema extremamente delicado na cidade de Porto Alegre. De fato, diante das crises dos serviços ofertados pelo DMAE, se coloca para a população à espera de respostas de apontamentos, inclusive já estive conversando com diretor sobre diversos pontos da cidade que nós, vereadores e vereadoras, ao percorrermos Porto Alegre, acolhemos diversos apontamentos feito pela população. Infelizmente, boa parte das respostas que a gestão traz a um tema tão delicado, que é o da água, uma delas é a perspectiva de poder privatizar a água. Inclusive, o prefeito e os srs. secretários estiveram no Estado do Rio de Janeiro vendo exemplos que, a meu ver, são exemplos falidos de uma visão da gestão privada à frente de um serviço tão importante e estratégico, como é o serviço de água e saneamento em uma cidade, a CEDAE é um péssimo exemplo. Mas essa uma das respostas que a gestão tem oferecido. Portanto, é natural que a população de Porto Alegre se indigne e se questione quando vê um tema como esse colocado, jogado pela imprensa sem que tenha total compreensão daquilo que está posto. Portanto, eu trago algumas perguntas aqui para que nós possamos aproveitar a vinda de vocês e possamos elucidar. A primeira é que a justificativa para o pagamento com dinheiro público foi de que se trata de uma obra de utilidade pública e de que garante a importância para escoamento das águas das chuvas. Eu me pergunto: existem contrapartidas e negociações estabelecidas pela Prefeitura que não tenham importância pública? Os senhores acreditam que, quando são de utilidade pública, as compensações devem ser pagas pelo poder público? E em quantas obras da cidade a compensação vegetal foi paga pelo Poder Executivo municipal? Os sistemas de compensação servem como uma espécie de indenização pelos danos ambientais e sociais causados pelas obras e empreendimentos. A direção do DMAE entende que empresa foi prejudicada ao custear parte das compensações que seriam da empresa, da Havan? Ao que nos foi informado, o pagamento dessa compensação vegetal, pelo DMAE, foi resultado de um acordo com a empresa. Seria isso? Quais foram os termos desse possível acordo? O DMAE entende que o acordo respeitou aos princípios da administração pública, como o da legalidade que prevê os interesses coletivos acima dos privados? O da impessoalidade? O que estabelece a atuação sem favoritismo? Hoje nossa cidade trata menos esgoto do que tratava em 2015, e vemos um atraso na construção de uma nova estação de tratamento de água, exatamente em um ano em que a falta d'água na cidade se estendeu e foi extremamente visceral na vida dos porto-alegrenses. Esse pagamento prejudicará os

demais serviços do Dmae? Essa é a pergunta que certamente todo cidadão e toda cidadã se faz ao ver uma cifra desse tamanho destinada a uma empresa do porte que é a empresa Havan. Esse serviço, esse possível pagamento prejudicará o serviço do DMAE? Essa é a pergunta que todo porto-alegrense quer saber. Se a compensação vegetal seria paga e deveria ser paga pela Havan, os senhores não entendem que há assim uma transferência de recursos para uma empresa privada? Se não se trata de um recurso que foi para o caixa da empresa, mas, sim, para um recurso que deixou de sair do caixa da empresa em detrimento dos recursos da Prefeitura? E por último, o inciso 1º, do artigo 56 do Plano Diretor afirma que as medidas mitigadoras e compensatórias serão de responsabilidade do empreendedor. Os senhores entendem que o inciso foi respeitado? Essas são algumas questões para que, de fato, nós façamos valer a pena a vinda de vocês até aqui e que nós possamos fazer os devidos esclarecimentos à população de Porto Alegre. Eu acho muito importante quando secretários, em meio a temas delicados, temas difíceis, se dispõem a vir até a Câmara, mas só elogia-los pela vinda não basta, nós temos de elucidar temas tão caros à cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): A Ver. Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Matheus; cumprimentar o secretário Germano do Meio Ambiente; meu querido amigo diretor do DMAE, Alexandre Garcia. Primeiro, parabenizar pela transparência de estarem aqui conosco hoje trazendo esse tema que é tão importante para esclarecer ainda mais as dúvidas dos nossos colegas parlamentares e da população como um todo. Ouvi o nosso diretor falando que hoje são seis hectares sendo ocupados, e que nós vamos ter uma contrapartida de 200 hectares. Então é uma contrapartida muito maior, e que a gente vai poder atingir um número muito grande de pessoas que vão ser beneficiadas com isso. Eu acho que isso precisa ser levado em consideração, não é uma coisa que está sendo feita toma lá dá cá. Não, a gente está entregando para uma empresa um espaço que vai oportunizar empregos, que é uma coisa que a gente precisa muito e que vai trazer receita para o Município e que, em contrapartida, vai conseguir executar uma obra que vai atender milhares de pessoas no entorno. Então isso é muito importante e muito caro para nossa cidade. Eu acho que precisa ser fortemente falada a questão de que esse recurso vai para o Fundo, que esse Fundo vai ser gerido pela SMAMUS, muito vai entregar para a cidade, ou seja, ninguém a não ser a nossa população. Muito obrigada a vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde ao povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão. Meus cumprimentos ao comparecimento do diretor do DMAE, Alexandre Garcia, e também ao secretário Germano Bremm. Eu venho até esta tribuna, dessa forma, inconformado com a explicação que aqui deram e também indignado porque estamos aqui tratando de recursos que, muitas vezes, se mostram insuficientes para dar conta da realidade e da necessidade do povo sofrido desta capital, que hoje, mais do que antes, está penando com a falta de saneamento, coisas que antes nós não víamos. No Morro da Cruz, faltando água, e até hoje não instalaram todas as caixas d'água prometidas, que o governo prometeu. Mas, através dos jornais, a gente vê que o governo diz que vai abonar - é isso: abonar - RS 1,7 milhões, que deveriam ser uma contrapartida, de fato, de um empreendimento nesta cidade. E aí, o que é mais preocupante ainda, e que, na compreensão deste vereador não chega, é que o DMAE, que hoje tem mais de dois mil cargos vagos, vai fazer o pagamento do boleto. É isso que está sendo orientado pelo governo municipal de Sebastião Melo. E quero lembrar aqui que este mesmo departamento que não consegue garantir com a qualidade que garantia antes o saneamento, o tratamento de água, tratamento de esgoto, tem 80 cargos de confiança. Oitenta cargos de confiança tem o DMAE; e, desses, 76 estão preenchidos. Mas o quadro do funcionalismo está dessa forma: tem 3.632 cargos, desses apenas 1.257 preenchidos e 2.375 vagos, diretor Alexandre! Aí está uma das explicações de por que nem todo mundo consegue beber água, tomar banho e cozinhar todos os dias e por que tem vários alagamentos nesta cidade, e que a responsabilidade do governo, muitas vezes, se mostra titubeante. Eu fico, de fato, me questionando: para prover os cargos em comissão, rapidamente o governo age; para recompor os quadros que trabalham para a população diretamente, consertando encanamento, fazendo, enfim, as reformas necessárias, não! Mais de dois mil cargos vagos. E nós temos que chamar aqui, convidar o secretário, o diretor para falar que agora o DMAE pode abrir mão de R$ 1,7 milhões de seu caixa? Eu mesmo respondo: não! O DMAE não pode abrir mão desse dinheiro! O DMAE não tem esse dinheiro para dar ao empreendedor estrangeiro desta capital! O DMAE não pode trabalhar dessa forma com o dinheiro do povo! O DMAE não deve, não pode, e será escandaloso se esse boleto for pago pelo DMAE, porque, se ele for pago pelo DMAE, eu exijo, como vereador desta capital, que tenha saneamento no Lami; eu exijo, nesta capital, que tenha saneamento na Ponta Grossa, que tenha água potável nos morros dessa cidade. É uma exigência, não é um pedido, porque, se tem uma escolha político-administrativa do DMAE, por que não tem uma escolha político-administrativa de ter água em todas as torneiras todos os dias do ano? É uma escolha político-administrativa o que o secretário e o diretor disseram aqui. Então eu pergunto: será mesmo que será assim daqui para frente? Aí a questão: o que justificou, governo Melo, essa decisão político-administrativa? Político-administrativa! E quero perguntar: o DMAE costuma pagar compensações para as demais empresas da capital, as pequenas empresas, as microempresas? E diria mais, o DMAE vai pagar para as empresas, os bazares, os pequenos empreendedores da Zona Norte que estão sendo quebrados na região por conta desse empreendimento? E ainda: existe outra contrapartida prevista nesse suposto acordo desse empreendimento com o DMAE? Tem

ainda mais alguma contrapartida que o DMAE deseja assumir, através do governo Melo, na sua decisão político-administrativa? Eu queria dizer que até aqui o DMAE acumulou a capacidade de tratar 80% dos seus esgotos sendo público, e hoje trata apenas 58%. Por que isso não é feito se tem capacidade para tratar e se fala em privatização? Eu acho que o governo erra, erra feio nas suas escolhas ao escolher megaempreendimentos de estrangeiros ao invés de escolher a população sofrida que precisa de água tratada, e precisa, sim, que termine os alagamentos e que o esgoto também seja tratado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra e prossegue a sua manifestação, posteriormente, em Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Pois, então, eu tenho aqui dois termos de compromisso, um feito no governo anterior, Ver. Pedro Ruas, e outro feito neste governo, pelo DMAE. Eu sei que esse assunto é bastante delicado e eu queria fazer, praticamente, uma leitura do resumo do que nós constatamos nesses termos feitos pelo governo municipal. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa sessão; observando uma série de documentações referentes ao processo da obra do Centro Comercial Assis Brasil, mais especificamente da loja da Havan, surgem diversas dúvidas que podem indicar suposto favorecimento ao empreendedor. Chamo a atenção aqui do Alexandre e do Germano, porque eu tenho enorme preocupação com relação a esses termos de compromisso.

O termo de compromisso de 14 de outubro de 2020 previa como contrapartida a totalidade da obra de drenagem em três trechos, ligando o empreendimento à Casa de Bombas nº 9, melhorias na tecnologia e controle de sinalização de vias, implementação de ciclovia, alargamento e vias para melhorar o acesso e duplicação da Av. Fernando Ferrari. Muitas delas, como dois dos três trechos de drenagem, antes de ser concedida a permissão de abertura do empreendimento. Porém, em fevereiro de 2021, na atual gestão, os prazos foram ampliados, e em reunião entre a família Hang e representantes da EPTC, PGM, Escritório de Licenciamento da Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS e DMAE foi dado acordo, por parte da Prefeitura, para que os empreendimentos abrissem sem que as contrapartidas tivessem sido realizadas. Prova disso é que, em 7 de junho de 2022, novo cronograma foi apresentado pela empreendedora, revelando que as obras de drenagem somente iniciarão em junho de 2022, onze meses após a inauguração do empreendimento. Pior, um dos trechos de drenagem pode nem sair, por conta da tentativa da empresa privada de modificar o termo de compromisso firmado anteriormente. Sobre a compensação vegetal das obras de drenagem, a Ambiethos Consultoria Ambiental constatou, primeiramente, a necessidade de plantio de 3.360

mudas nos trechos 1 e 2, e outras 17.271 no trecho 3. Segundo o termo de compromisso, todos os custos da obra de drenagem, incluindo compensações vegetais, são de responsabilidade do empreendimento. Não houve nenhum aditamento no termo que retirasse quaisquer dessas obrigações. Porém, sem nenhum parecer técnico para embasar a ação, o diretor-geral do DMAE assinou, em 23 de maio 2022, termo de compromisso à revelia do firmado anteriormente pelo conjunto da Prefeitura desobrigando a empresa privada de realizar compensações vegetais, e repassando esse encargo à Prefeitura, nobres colegas vereadores e vereadoras, ao custo de R$ 1.705.062,20 para cumprir a contrapartida a ser realizada pela empresa, conforme previsto no termo de compromisso, em 2020. O prazo para pagamento vence em 24 junho de 2022.

O fato causou estranheza aos próprios funcionários do DMAE. Em 24 de maio, um chefe de equipe relata que o processo não tramitou por sua unidade, conforme praxe nesses casos, por isso o considerava prejudicado; também são demonstradas dúvidas no processo sobre como se chegou ao valor citado, visto que, também no processo, não há nenhum indicativo de estudo sobre o mesmo.

No dia seguinte, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Dr. Geraldo da Camino, solicita a disponibilização da cópia integral do processo para averiguação. Somente em 3 de junho, o diretor do DMAE solicitou parecer sobre a legalidade de a Prefeitura pagar a contrapartida, que deveria ter sido paga pela empresa privada, conforme termo de compromisso inicial.

Nesse sentido, cabem as seguintes perguntas ou indagações, nobre secretário: quais as contrapartidas presentes no termo de compromisso com o Município de 2020 foram entregues pelo empreendimento até o presente momento, 11 meses após a sua inauguração? Quais as justificativas técnica e financeira e onde elas se encontram sobre a legalidade do termo de compromisso assinado diretamente pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e pelo DMAE, e não pelo Município? Qual a legalidade de uma secretaria – aí é que está, meus irmãos – e de um departamento municipal assumirem o custo da contrapartida privada prevista em termo de compromisso firmado pelo Município com empresa privada? Qual o estudo técnico e financeiro que embasou o valor a ser pago pelo DMAE por compensações privadas que justifique a sua não análise por parte do setor financeiro da empresa pública, conforme verificado no processo? Por que somente após assinar o termo de compromisso em nome do DMAE, a veiculação de reportagens jornalísticas e os pedidos do Ministério Público de Contas, o diretor-geral resolveu solicitar estudo sobre a legalidade da sua própria decisão de pagar com dinheiro público contrapartida privada? Esse recurso de R$ 1.705.062,20 vence agora, no dia 24 de junho de 2022. Sr. Secretário, o senhor vai pagar esse recibo? Ele vai vencer agora, dia 24; nós queremos saber se o senhor vai pagar. Portanto, para concluir, é mais que importante V. Sas. responderem para que fique claro e preciso o que nós estamos trazendo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MATHEUS GOMES (PSOL): O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, diretor; boa tarde, secretário. O que nós vemos acontecer na nossa cidade é um desmantelamento do serviço público. O que nos preocupa é essa lógica de desestruturação de tudo aquilo que pertence ao Município. O DMAE, frequentemente, é trazido a esta Casa, e o debate sobre o DMAE é frequente nesta Casa focando a lógica da sua possível privatização. Esse é um fato inexorável que, mais cedo ou mais tarde, a Prefeitura trará até a Câmara Municipal um projeto de desestatização, como é o termo do momento do governo Melo. Para isso, trará o argumento de que o DMAE não tem condições financeiras de suportar os gastos com investimentos para distribuição de água para nossa população. Dessa maneira é muito estranho e escandaloso que o DMAE que, frequentemente, é trazido o argumento que não possui recursos, o mesmo DMAE que não tem recursos, que tem um projeto nítido de ser privatizado, que ele faça uma contrapartida assinada – entre aspas assinada, porque veio por e-mail – num aditamento contratual, num novo termo de compromisso, fora dos padrões, à revelia da Procuradoria do Município, que o DMAE assuma o investimento que estava no contrato inicial de R$ 1 milhão e 700 mil, que o DMAE faça essa contrapartida. Daí já vira uma contrapartida, mas que é partida, porque é dentro da própria Prefeitura para favorecer uma megacorporação que deveria ter, como contrapartida, esta questão envolvendo a compensação das mudas. Eu não vou nem aqui debater o valor das mudas, R$ 100,00, é totalmente discutível, mas, principalmente, o que chama atenção é que no contrato inicial constava que a obrigação dessa compensação seria da Havan e através do e-mail passa a ser do DMAE. Isso é mais lucro na conta de uma empresa envolvida em diversos casos de corrupção, de escândalos, envolvendo justamente essas contrapartidas e contratos com o poder público. Digo mais, nós temos uma estátua que foi colocada sem autorização e está lá; foi um descaso, um escárnio em relação ao poder público municipal. Temos o arroio Sarandi que, depois dessa obra, sofre com transbordos, frequentemente atinge a população local. Piorou a situação que deveria ter sido resolvida antes do início da obra ou da sua abertura pelo menos, não foi feito.

E eu tenho mais duas perguntas aqui em relação aos DMAE, porque isso aqui é extremamente preocupante e, para quem não sabe, boa parte dos servidores do DMAE recebe abaixo do salário mínimo o seu salário base. Então eu vou trazer aqui dois dados, duas perguntas relevantes foram trazidas para mim. A primeira: por que a diretora administrativa Sônia Vieira, que recebe mais de R$ 10 mil por mês, possui um gabinete como primeira-dama - porque é esposa do nosso governador, Ranolfo Vieira Júnior - por que ela, que possui um gabinete como primeira-dama, que cumpre agenda como primeira-dama, está lotada no DMAE e recebe um CC de R$ 10 mil? Existe uma certa incompatibilidade, no meu entendimento, dessa função; ou vai cumprir funções como primeira-dama e ter agenda oficial naquele horário, ou estará como cargo de confiança no DMAE, justamente o DMAE, que tem objetivo de ser privatizado, porque temos que melhorar a gestão. Fizeram o mesmo na Carris e depois privatizaram,

dizendo que estava dando prejuízo. E a segunda: parece razoável que tenhamos aluguéis de carros de alto padrão para os diretores do DMAE frente à escassez de recursos desse importante departamento? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alexandre Bobadra assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiramente, eu vou fazer a minha saudação ao Ver. Matheus Gomes que presidiu a sessão até há pouco, e também ao amigo Ver. Alexandre Bobadra que preside no momento; a minha saudação ao secretário Germano Bremm e ao diretor Alexandre Garcia. Eu vou, neste espaço de comparecimento, tratar de dois temas. O primeiro, amigo Germano, diz respeito à audiência pública do dia 6 que começou às 19 horas e terminou exatamente às 24 horas, e eu estive presente o tempo todo. A confusão foi grande, porque caiu a conexão por alguns momentos, e eu era o último inscrito. Quando chegou a minha vez de falar, caiu a conexão de novo, meu querido Ver. José Freitas. Eu pedi para retornar e não autorizaram mais o meu retorno. Eu já conversei com o amigo Germano para dizer algumas coisas sobre o projeto do Cais Mauá, numa preliminar. Em 1989, há 32 anos, eu participei, aqui na Câmara, de uma reunião exatamente igual, onde se mostrava, meu querido diretor Alexandre, uma maquete, o que ia se fazer, as maravilhas do que se faria e que até hoje não foram feitas. Isso lá em 1989. Alguém, na reunião, me falou sobre a preocupação da vista com relação aos prédios. Porto Alegre, com relação a vistas é de chamar a atenção. Eu vou falar do Beira-Rio, saudando aqui as direções do Sescon e a direção da nossa Banda Municipal. O estádio Beira-Rio é o terceiro mais bonito estádio do mundo. Do mundo! Nesse estádio se construiu uma garagem, um estacionamento digno de piadas. O Beira-Rio, o rio e o estacionamento; uma construção horrorosa, que tirou o espaço e a beleza da nossa orla. Com relação ao cais, eu fui o relator- geral dos cais, quando nós discutimos o Plano Diretor, secretário Germano e, à época apresentei algumas propostas. Primeiro, reservar espaço para o Centro da Juventude. Segundo, uma facilitação entre o cais e o camelódromo - trânsito ali para unir o novo ao popular -, ou seja, reservando um espaço para a economia criativa, para a agricultura familiar e para o artesanato, que seria um momento importante, além de um espaço de acesso universal. Também, quando fui relator-geral, cidadãos estiveram comigo e disseram assim: “Vamos colocar ali uma faculdade para atrair gente jovem.”

E, com relação a nossa presença de hoje, acredito na lisura, na boa condução dos nossos secretários, vamos ouvir as suas respostas, na expectativa de que tudo isso será esclarecido, porque acreditamos na administração dos dois presentes aqui. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Alexandre Bobadra, que preside a sessão; meu caro Secretário Germano Bremm, e meu prezado Diretor do DMAE, Alexandre Freitas. Os dados que eu colhi, nos últimos dias, Ver. Oliboni, vereadoras, vereadores, e público que nos assiste, eu tive o cuidado, e fui acompanhado de vereadores e vereadoras da Casa, de marcar duas audiências além dos levantamentos que fiz: uma, no Ministério Público de Contas, com o Dr. Geraldo da Camino; outra, com o procurador-geral de Justiça, Dr. Marcelo Dornelles. Nesse caso, acho importante terem bastante atenção, não que os demais não mereçam, evidente, mas aqui nós discutimos bem mais do que um contrato, e isso já é grave, malfeito, ou mal executado, entre o poder público e a iniciativa privada, Ver. Oliboni e Ver. Matheus. Tem mais do que isso aqui. Aqui tem toda uma desconsideração com o patrimônio público, que está colocada no mesmo tema. Não é à toa que é o governo Melo quem fala em privatizar o DMAE a todo momento, e todo o mundo sabe disso, toda a sociedade gaúcha sabe disso, que o governo Melo quer privatizar o DMAE e alega o custo alto do DMAE. Eu entendo agora que esse custo é alto mesmo. Eu recebo um boleto, uma cópia, do Ver. Oliboni, que eu já tinha deixado com os representantes do Ministério Público, com o valor exato de R$ 1.705.062,20 mil. Mas há mais do que isso aqui, e eu chego nisso. A essa desconsideração, há uma coincidência, Ver. Radde. Nós temos que analisar, é obrigação nossa, não é uma ironia, talvez pareça, mas não é. Até 2019, a Havan tinha uma sede em Santa Catarina e no Brasil, agora, tem dezenas de lojas por todo o Brasil. Mas assim fica mais fácil, assim é mais simples! Eu recebi uma informação, Ver. Matheus, V. Exa. também, de que a tal da Estátua da Liberdade aquela nem concessão, nem liberação do poder público tem, mas ela está lá, a reprodução da estátua norte-americana. Mas o problema grave, gravíssimo é que nós temos aqui uma perda do erário municipal, um desperdício do dinheiro público que nós não podemos admitir em hipótese alguma. O contrato já foi lido aqui em 2020, mas nós vamos além. É elementar, é básico. Eu já fui secretário do Município, eu já fui secretário do Estado, é elementar que cada vez que um empreendimento privado busca se estabelecer em área onde haverá consequências, de nível viário, de nível ambiental, de nível social, precisa fazer a compensação. Mas isso é básico, isso é elementar, repito. E a compensação tem que ser integral, não parcial. Vai ter que ser no nível viário, vai ter que ser no nível de aproveitamento ou não das águas das chuvas e vai ser com relação ao plantio ou não de vegetação – nativa, exótica ou especial. É isso que tem que fazer, mas isso é o elementar. Alguém vai dizer "não" - eu vi este argumento da municipalidade -, "Não, já fizeram bastante por nós". Não fizeram. Não fizeram nada por nós! Não fizeram nada pelo povo de Porto Alegre, o sofrido povo de Porto Alegre. Em reunião com a Prefeitura, em reunião com FASC, sistematicamente, eu peço o aumento do número de cestas básicas, e, sistematicamente, a FASC me diz: "Nós gastamos R$ 1,3 milhão, não podemos dar mais que isso de comida ao povo de Porto Alegre". Não é, Ver. Matheus? Eu sempre ouço isso.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Pedro Ruas prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Pois aqui são R$1,7 milhão, e não é comida para ninguém, não, aqui é dinheiro para a Havan; aí é um outro argumento: "Não, o dinheiro sai do DMAE, para o Fundo da SMAMUS." Sim, mas é óbvio, é assim que funciona, mas tinha que ser da Havan, para o Fundo da SMAMUS, não do DMAE. Não do DMAE. Da Havan para o Fundo da SMAMUS, é dali que deveria vir o dinheiro, não do DMAE; por que o DMAE vai pagar essa conta? E, se fosse pagar essa conta, Ver. Mauro Pinheiro, eu lhe diria o seguinte: eu quero examinar, como disse o Ver. Radde, o custo de R$ 100,00 por muda. Se fosse pagar, eu queria examinar. Se a Havan vai pagar, não me interessa se ela paga R$ 300,00 por muda, agora, se é o DMAE que vai pagar, eu quero saber. Como assim? Mas isso é dinheiro suado, isso é dinheiro trabalhado, isso é cobrado em imposto até sobre o pão, Alexandre, para depois ser jogado para aumentar essa potência que já é a Havan. Aliás, será que ninguém se dá conta disso, fora nós, que estamos falando sobre o tema aqui? De uma loja unitária em Santa Catarina, que virou uma potência quase multinacional porque vai para o Uruguai e Argentina, que é essa Havan, aí é simples dessa forma, Ver.ª Daiana Santos, qualquer empreendimento cresce muito. Eu não tenho pergunta a fazer ao diretor e ao secretário e tenho respeito por eles, bastante respeito, estou falando em relação ao governo municipal, não é deles pessoalmente. Eu não tenho nenhuma pergunta, porque eu tenho todas as certezas, eu tenho as respostas. Isso aqui não podia estar acontecendo, a pergunta que eu fiz foi para os MPs, o de Contas e o MP comum, como nós trancamos, qual é a medida, o MP vai fazer de ofício ou nós fazemos a representação, já fizemos oralmente – agradeço às vereadoras e aos vereadores que foram comigo em ambas as audiências que marquei –, como trancar para não ocorrer o pagamento do dia 24? Não pode ocorrer. O Município não pode, Ver.ª Laura Sito, perder R$ 1 milhão e 700 mil no dia 24, em dia nenhum, mas essa tem data. Esse prejuízo tem data e é esse que não pode ocorrer, nós vamos impedir, eu troco a pergunta pela convicção não pode ser pago, nós vamos impedir. O que estiver ao nosso alcance, nós vamos fazer, todo o Município está nos olhando, eu acho até que todo o Brasil. Sempre existe contrapartidas, sempre. Até pode acontecer, eu já vi acontecer uma vez, com uma empresa espanhola, que venha fazer uma obra que nós necessitamos, aí não tem contrapartida, nós pedimos, eles vêm e fazem, e pagam do dinheiro deles que nós pedimos a obra. Não, não é o caso das lojas Havan, na Assis Brasil, eles queriam fazer ali, fizeram sua primeira loja, no Estado, em Porto Alegre, aliás de várias que já existem, têm diversas, e assumiram, por óbvio, compromissos, repito, que passam pela parte viária, porque aquilo mudou o local da cidade, que passam pela questão pluviométrica porque aquilo ali altera a absorção do solo em relação às chuvas, às águas e que passa pela questão ambiental. Mas é uma coisa muito elementar a ser debatida. Como é que alguém não vai imaginar que isso não ocorreria, evidente que sim. Quantas e quantas e quantas obras não foram permitidas que se realizassem porque os empresários não conseguiam ou não queriam, Ver. Cezar Augusto Schirmer, dar a contrapartida. Até hoje foram inúmeras indeferidas, e muitas

outras o serão. Se oferecessem aos mesmos empresários a devolução do dinheiro da contrapartida ao preço que eles quisessem, porque eles escolheram as mudas, bem, acho que todos topariam, Ver. Airto Ferronato, seria uma fila de empresários a fazerem obras em Porto Alegre e receberem de volta qualquer investimento. Então, concluo por aqui, Ver. Jonas Reis, que faria também, na verdade, com essa convicção. Nós agora já levamos ao MP de Contas, que já pediu – cumprimento Sua Excelência, o promotor Geraldo da Camino, já pediu toda documentação referente ao caso; agradeço ao MP comum, na pessoa do Procurador-Geral da Justiça, Marcelo Dornelles, porque esperamos que haja imediatamente uma manifestação do MP e do Judiciário, no sentido de que impeça que esse pagamento seja feito. Porto Alegre não precisa passar por essa barbaridade e por esse vexame nacional. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): A Ver.ª Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas, a todos que nos acompanham pela TVCâmara; diretor Alexandre; secretário Germano. É sempre importante, toda vez que a cidade tenha dúvidas, que se possa fazer esse diálogo aqui para que a cidade tenha mais clareza do que está acontecendo. Eu queria iniciar, diretor Alexandre, fazendo uma reflexão sobre uma das falas que eu vi o senhor fazer lá no Morro da Cruz – um drama que a comunidade viveu: muitas pessoas ficaram mais de 24 dias sem água. E o secretário falava que o DMAE tem uma defasagem de investimento, e estamos falando aí de mais de 20 anos, uma falta de investimento estrutural e pessoal. E quando nós debatíamos, no Morro da Cruz, onde muitas famílias, angustiadas pela falta da água, angustiadas porque mais uma vez chegavam em casa, abriam a torneira e não saia da torneira algo que é fundamental para a vivência com dignidade das pessoas, e eu me lembro da tua fala e também da tua indignação, naquele momento, porque eu tenho certeza, diretor Alexandre, que não é um desejo teu ver o DMAE vivendo essa desestruturação, esse sucateamento. Eu não sei se é o teu objetivo que é esse sucateamento leve o DMAE a ser privatizado. Mas nós temos uma convicção que, quando nós temos aí um investimento tão volumoso quanto esse para uma contrapartida que deveria ser de uma empresa, eu fico pensando qual o impacto desse investimento na estrutura do DMAE, na modernização das bombas, em que pese há investimento em tecnologias que façam com que a cidade tem a melhor qualidade na distribuição da água?

E fico aqui, Ver. Pedro Ruas, também questionando qual o critério desse investimento. A gente falou aqui nesse investimento como um investimento público, que tem uma importância significativa na área de utilidade pública. Mas lembro também que a Av. Tronco também é uma avenida que teve um grande aporte público, que é de utilidade pública e continua lá até hoje, não acabou. E olha a celeridade que nós estamos tratando e falando da vinda da Havan, e nós estamos falando de uma obra,

de uma avenida que mexeu com mil e oitocentas famílias e que até hoje não entregou uma moradia sequer. E nós não vimos esse aporte naquele local, a Av. Tronco perdeu três praças, Ver. Pedro Ruas, com um impacto, para a região, muito grande, foram muitas árvores removidas e essa celeridade não aconteceu, essa contrapartida não foi paga pelo DMAE, inclusive nem por empresa alguma. As contrapartidas são problemas sérios da cidade e que são tratadas de forma relativa. Eu fico me perguntando, diretor, se essa contrapartida deveria mesmo estar sendo paga pelo DMAE, porque a gente fala de geração de emprego, a gente fala de uma série de benfeitorias que traz uma empresa para Havan, o problema é que esse impacto, na vida real das pessoas, a gente ainda pouco tem, e esses investimentos deveriam ser investimentos que auxiliassem a cidade a sair dos problemas, mas essa é a discussão de grandes investimentos, atraem boas soluções no sentido de relacionar com as contrapartidas e as demandas das comunidades, isso não vem acontecendo, e aí mais uma falácia. Um milhão e 700 mil reais investidos aí na iniciativa privada, mais uma vez preparando o terreno para que a iniciativa privada venha, explore e depois bote a sua mochilinha nas costas e vai embora. Tem iniciativas aqui, em que o nosso Ver. Pedro Ruas inclusive encabeça, de diálogo com o Ministério Público. Eu espero que, já que nós não temos essa responsabilidade por parte da gestão, Ver. Pedro, que os vereadores que foram eleitos para fiscalizar possam fazer o trabalho. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Sr. Germano Bremm, secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, está com a palavra.

SR. GERMANO BREMM: Obrigado, Presidente. Tomei nota aqui de todas as falas dos vereadores e vou tentar, de forma reduzida, resumida, responder a todos os questionamentos, depois o diretor Alexandre complementa. Verª Lourdes, Ver. Cassiá, Ver. Gilson, Verª Laura, Verª Cláudia, Ver. Jonas, Ver. Oliboni, Ver. Leonel, Ver. Ferronato, Ver. Pedro Ruas e, por último, Verª Bruna. Rapidamente, tomei nota das questões. Eu queria esclarecer que a Havan cumpriu todas as obrigações legais necessárias diretamente relacionadas ao empreendimento, que estão localizadas em uma área de cerca de 6 hectares, tais quais obras viárias, bacia de contenção, compensações diretamente relacionadas à sua obra, a obra de 6 hectares do empreendimento. Foram, dentre essas obras, teve, sim, compensação vegetal também decorrente dessa implantação de 6.486 mudas, sendo 400 delas plantadas e o restante pago também ao Fundo Municipal do Meio Ambiente. Toda a região atendida pelo canal são cerca de 200 hectares, ela é alagadiça, sempre foi e sempre teve sérios problemas de drenagem, problemas esses que são muito anteriores à implantação do empreendimento. É obrigação do Município prover a infraestrutura básica nas áreas urbanas, incluindo a drenagem, que se dá por meio do DMAE. No termo de compromisso, trazido aqui em alguns questionamentos, a obrigação da Havan, ali estabelecida, do centro comercial, é

de estudar a compatibilização do canal com o gravame viário de alargamento da Av. Assis Brasil para impedir ou melhorar a situação das obras viárias futuras. Isso é o que está estritamente relacionado e escrito lá no termo de compromisso. Esse problema de drenagem e a obrigação do Município em prover essa infraestrutura básica existia com ou sem a instalação do empreendimento. Toda a remoção de vegetação, seja ela pública ou privada, como eu disse, deve ser compensada. Então sempre que o DMAE executa uma obra de drenagem em que seja necessária a remoção de vegetação, a compensação é realizada por meio de pagamento ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, em vínculo orçamentário específico, destinado então a projetos de mitigação dos efeitos da supressão arbórea, especialmente o plantio vegetal. A construção do empreendimento foi uma oportunidade que o Município identificou para resolver um problema da cidade em benefício de toda aquela região, não só dos seis hectares do empreendimento em si. O desassoreamento e a melhoria de canal, que foram executados pela Havan, estão fora da área do empreendimento e seria de inteira responsabilidade do Município prover essa infraestrutura, a sua execução e a compensação vegetal. O Município, então retomando, aproveitando essa oportunidade de implantação do empreendimento, quando do licenciamento da obra, indicou a necessidade de se resolver o problema de macrodrenagem da região como um todo. Por isso que foi solicitado ao empreendedor a execução da melhoria de canal, obra de interesse público, assumindo o DMAE tão somente a compensação vegetal decorrente desta obra dos 200 hectares do interesse público, fora da área de empreendimento. Então, essa compensação vegetal a ser paga pelo DMAE, são de áreas públicas e de terceiros, ressaltando: fora da área do empreendimento da Havan e que atende toda a região. E para finalizar, Presidente, esse tipo de compartilhamento de obrigações é usual em Porto Alegre, com fundamento no Plano Diretor, artigos 21 e 23, justamente para evitar a inviabilidade de empreendimentos que possam então contribuir substancialmente com o processo de estruturação urbana da cidade. Esse entendimento está amparado pela legislação municipal que foi discutida com a sociedade, aprovada pela Câmara de Vereadores por meio do Plano Diretor amplamente debatido. Notadamente ressalto os artigos 21 e 23 quando preveem, como estratégia de produção da cidade, o aproveitamento das oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano do território. Sendo assim, senhores vereadores, a gente reafirma, é nossa obrigação prestar todos os esclarecimentos, que não há nenhuma ilegalidade no processo. É da natureza dos projetos especiais que a gente faça essa avaliação, que a gente aproveite essas oportunidades empresariais para ter o auxílio desses empreendedores para solucionar os problemas reais da cidade, que a gente conhece há tantos anos especialmente daquela região. Então é nesse sentido que eu passo a palavra ao diretor Alexandre que vai me complementar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Sr. Alexandre Freitas Garcia, diretor-geral do DMAE, está com a palavra.

SR. ALEXANDRE FREITAS GARCIA: Bom, senhores, tomei nota aqui dos questionamentos e vou me abster de entrar em algumas questões políticas, vou me deter exatamente ao tema que me traz aqui, mas vamos passar por algumas outras questões do DMAE. Então, primeiro eu vou fazer uma resposta que vai abarcar vários dos questionamentos que iniciaram pela Ver.ª Lourdes. Por que que se entende de utilidade pública essa obra? Essa obra se entende de utilidade pública porque ela é feita por uma atribuição ao DMAE, essa obra deveria ter sido feita pelo DMAE, o DMAE já deveria ter feito ela. Ela já estava pensada, planejada, organizada pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, e o Município viu uma oportunidade de transferir essa obrigação para o empreendedor. A gente tem hoje R$ 23 milhões sendo investidos só em limpezas e dragagem nos nossos arroios e, neste caso aqui, nós vamos ter limpeza e dragagem, expansão e ampliação deste canal. Uma das poucas áreas da cidade que vai receber ampliação e extensão de canais de macrodrenagem atendendo cerca de 200 hectares daquela bacia que está sendo ocupada próximo a seis hectares pelo empreendedor. Como o Germano falou, nos termos de acordo, tu tens uma previsão, um estudo dessas necessidades podendo inclusive, ao final, a mérito, à oportunidade, ao período, ao lapso temporal que decorrer, elas serem substituídas. Há mérito, num determinado momento, essa mitigação ou essa contrapartida nesse caso, porque o empreendedor está dando algo mais, ela poderia ter sido suprimida ou substituída por uma outra obra. Não necessariamente ficar somente naquela que estava iniciada ali, e não é algo incomum, já aconteceu em muitos outros pontos.

Sobre o efetivo valor, Ver.ª Lourdes, o valor ainda não foi desembolsado, acho que na fala dos outros vereadores se falou nisso, nós temos então um boleto para pagamento no dia 24/6, e absolutamente todos os pagamentos do DMAE passam necessariamente pela Procuradoria Municipal Especializada, a PME, onde temos o procurador Ricardo Timm, que tem muita capacidade, e também passa necessariamente pela Controladoria. O que nós fizemos com o despacho que foi aqui ressaltado, se não me engano pelo Ver. Oliboni, onde eu questiono sobre a legalidade, foi justamente para que a gente antecipasse as fases desse assunto. Por quê? Porque tivemos questionamentos do Ministério Público de Contas, do Ministério Público, dos vereadores, justamente para que a gente consiga efetivamente levar isso a efeito. Uma vez assinado o acordo, todo esse pagamento cumpriria um trâmite interno dentro do DMAE, conforme todos os outros pagamentos cumprem. Inclusive o licenciamento é analisado pela equipe do DMAE para ver se aquela conta bate, se realmente aquele é o número de mudas, se o cálculo está feito exatamente.

Um outro ponto que foi muito falado, foi chamada a atenção aqui, que eu lembro agora, pelo Ver. Leonel, pelo Ver. Pedro Ruas, pela Ver.ª Bruna, diz respeito ao valor dessa compensação. Por que é que o valor chega a R$ 1,7 milhões? Esse valor não é estipulado nem pelo empreendedor, tampouco pela SMAMS, e o DMAE não tem absolutamente nenhuma gestão sobre esse valor. Esse valor vem especificado na lei, na lei que fala das compensações vegetais, dependendo do formato, do modelo e de qual a vegetação que vai ser suprimida tem uma determinada compensação prevista já nos anexos da lei ali. Então, no que diz respeito ao valor, por que R$ 100,00 por muda?

Porque é o valor que tem previsto na legislação. Então, não temos gestão sobre isso, quando tu tens matéria especificamente prevista e gestada por uma legislação municipal.

Ver. Gilson, muito obrigado pelas palavras ditas aqui. Vou falar rapidamente, a gente tem um investimento, que o Ver. Gilson chamou a atenção, chamado Sistema de Abastecimento de Água da Ponta do Arado, são grandes obras que vão realmente transformar o sistema de abastecimento de água do Município de Porto Alegre. É um sistema que vem previsto no seu início de plano para 2 mil litros de água tratada por segundo, cobrindo aí todo o déficit de distribuição e de produção de água que a gente tem, especialmente no Extremo-Sul e Zona Leste do Município de Porto Alegre, permitindo que a gente tenha uma setorização no sistema de abastecimento, uma obra que a gente fez há poucos dias, os afundamentos das tubulações de captação, que foi amplamente divulgada e visitada por engenheiros e pessoas da área de saneamento de todo o Brasil, tida, no meio, como uma das obras de arte da engenharia, e está sendo feita e gestada pelo DMAE também, obra que nos dá muito orgulho. E quanto à qualidade da água, sou muito questionado por isso, e eu fiquei um pouco impressionado na chegada a Porto Alegre, porque muitas pessoas dizem que não consomem água da torneira. A gente consome água da torneira, e eu digo para as pessoas que não só consumo como dou para minha filha, e isso é porque a gente tem total garantia da qualidade do produto que a gente distribui, e isso é porque a gente faz mais de 3mil análises diárias na água que a gente tem total garantia e o DMAE não abre mão nunca da qualidade do produto a ser distribuído. Isso contempla os questionamentos do Ver. Gilson. O Ver. Cassiá fala muito da importância de a gente estar aqui. Para mim é sempre um prazer poder estar aqui, poder conversar com os representantes do povo. A Ver.ª Cláudia e vários vereadores fizeram um agradecimento pela nossa presença; efetivamente dispensa o agradecimento porque é também uma das nossas funções, uma das nossas atribuições, e quanto mais a gente falar do DMAE, quanto mais a gente esclarecer as coisas, muito melhor é para nós. Falando especificamente num dos questionamentos do Ver. Cassiá, a diferença entre mitigação e contrapartida, eu fiz uma fala inicial: a mitigação, para nós, é: o empreendedor não pode não pode entregar algo pior do que ele encontrou, ele vai lá, vai empreender, mas ele não pode piorar a situação pública, e ele tem que, pelo menos, entregar na mesma condição. E aí a gente tem vários formatos: bacia de amortecimento, tubulações, uma série de modelos, e quando se fala de mitigação, o DMAE não abre mão absolutamente nunca dessas mitigações; a gente não permite que o empreendedor venha, se instale e deixe a situação pior do que já se encontrava. Muito também pela fala da Ver.ª Bruna que lembra daquele momento lá no Morro da Cruz, que eu tinha também uma indignação frente aquele acontecimento, na falta de estrutura que a gente estava vivendo naquele ponto. Então a gente já tem um déficit de infraestrutura; o DMAE não abre mão nunca disso, quando vier o empreendedor, ele piorar a situação já existente, ele tem que, no mínimo, nos entregar numa condição igual à que ele encontrou. E neste caso aqui, além de entregar uma condição igual, ele vai entregar numa condição muito melhor. Eu repito, é um dos poucos canais da cidade que vai sofrer uma alteração para melhor, no

seu tamanho, na sua extensão, na sua largura, e obviamente na sua vazão de água. Com isso acho que venço aqui os questionamentos do Ver. Cassiá. A Ver.ª Laura trouxe vários questionamentos, assim espero ter conseguido anotar tudo. Sobre a importância da obra acho que eu já falei um pouco sobre a importância dessa obra, que ela vai atender uma área alagada e que vai dar uma grande resposta para aquela população da Zona Norte, que sofre muito com os alagamentos, sofre por demais com os alagamentos e vai ter uma resposta, vai ter uma melhora nos escoamentos das águas da chuva, além de viabilizar toda aquela área que é protegida. Se as compensações pagas serão pagas pelo DMAE? Eu preciso lembrar que se estas contrapartidas não fossem atribuídas ao empreendedor o DMAE teria que fazer; e nós faríamos e nós teríamos, no nosso norte, apenas a limpeza e dragagem deste canal. E é o que a gente vem fazendo nos demais e nós, necessariamente, teríamos que fazer a compensação vegetal, como, aliás, o DMAE faz em, absolutamente, todas as suas obras. O DMAE, em todas as suas obras, não tem absolutamente nenhuma imunidade quanto à compensação vegetal; não tem nenhuma dispensa; não tem nenhuma flexibilização quanto à compensação vegetal. E essas obras, como o Germano chama muito bem atenção aqui, são obras que deveriam ser feitas pelo DMAE, obra de limpeza, de manutenção e também de ampliação, para que a gente consiga levar essa infraestrutura. Lembrando que são obras que já estão previstas há bastante tempo nos nossos planos, para que a gente tenha uma melhora. A pergunta é sobre o acordo, como se deu este acordo? Na verdade, o acordo foi que o DMAE pagaria para o Fundo esta compensação. O acordo não foi um acordo com o empreendedor, não foi um outro modelo de acordo. Mas, sim, lembrando que essas obras também poderiam ser modificadas em algum momento. E para que a gente tivesse maior quantidade de obras, maior resposta para a população, o DMAE assume a compensação vegetal. Ao invés de suprimir obras, ao invés de entregar menos para a população, para que a gente tivesse mais obras, mais respostas, melhora no escoamento, o DMAE opta por ficar com a parte da compensação vegetal. Nesse sentido, eu entendo que não há prejuízo no que diz respeito ao pagamento, nesse caso também respondo outros questionamentos, porque o gestor público passa absolutamente todos os momentos, todas as oportunidades fazendo escolhas; costumo dizer que a gente passa o dia lá fazendo a escolha de Sofia: a gente investe em água, em esgoto e em drenagem, e a nossa opção foi por fazer um investimento de R$ 1,7 milhões, assumindo a compensação vegetal, lembrando que essas obras, se assumidas, se tivessem que ser feitas pelo DMAE, seriam de um volume muito superior a R$ 5 milhões – somente as obras –, e em nenhum momento nós estaríamos dispensados de fazer a compensação vegetal. Então nós vamos ter obras de mais de R$ 5 milhões sendo feitas para o povo de Porto Alegre, para a população da Zona Norte, onde o DMAE vai entrar com a compensação vegetal, que também é parte da nossa missão, parte do nosso objetivo. O DMAE tem, dentro da sua estrutura, um pensamento em ESG, em estruturas que sejam social, ambiental e economicamente sustentáveis. Isso também é parte do nosso escopo, porque a gente não fala de saneamento sem falar em meio ambiente, sem falar em compensações vegetais.

Os últimos questionamentos da vereadora são sobre se a gente entende que não está descumprindo a lei municipal. Isso já foi amplamente conversado, falado, especialmente pelo Germano, e a gente entende que está efetivamente cumprindo a nossa missão, um dos papéis que ela pergunta é: vocês não estão deixando de cumprir com o princípio da transparência? Não, estamos aqui hoje cumprindo, mais uma vez, um dos princípios, que é o princípio da transparência, e a gente tem convicção pela total legalidade dos temas.

Para finalizar, faltam poucas as questões. Quero deixar claro que o DMAE possui um veículo locado – foi uma provocação do Ver. Leonel – para a alta direção, que tem seu deslocamento feito por esse veículo, o único veículo locado para a alta direção; e que a Sônia é uma servidora nomeada em cargo em comissão e que, absolutamente, não está dispensada do batimento do seu ponto, e ela cumpre necessariamente toda a sua jornada no DMAE, conforme prevê a legislação.

Vereador, eu vou lembrar também que na Av. Tronco, respondendo à Ver.ª Bruna, o DMAE age e investe hoje mais de R$ 4 milhões, substituindo a rede em toda aquela região ali, levando uma condição de abastecimento de água muito, muito, muito melhor para aquela população. Tal qual no Morro da Cruz, e eu insisto que, naquele momento, nós sequer tínhamos legalidade para investir, e já investimos no Morro da Cruz muito mais do que este R$ 1,7 milhão que está sendo discutido pela compensação vegetal. O que nós vamos ter de investimento para essa região, o que nós vamos ter de investimento em água para todas as regiões do Município são de grande soma, de grande vulto – entre obras como a da Ponta do Arado, são mais de R$ 300 milhões. Estamos com obras de adutoras para levar água lá para a Vila das Laranjeiras, lá para o bairro Mário Quintana, no fim da cidade. Então, prezados vereadores, pela atenção de vocês, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Muito obrigado, Alexandre Freitas Garcia, diretor-geral do DMAE, e secretário Germano. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL) – às 15h53min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.ª Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Transcurso dos 35 anos do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (Sescon-RS), nos termos do Req. nº 070/22, de autoria da Ver.ª Lourdes Sprenger – Proc. nº 0347/22 (SEI 035.00040/2022-41). Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Flávio Ribeiro, presidente do Sescon-RS; o Sr. Celso Luft, vice-presidente Legislativo e Institucional do Sescon-RS; o Sr. Luis Fernando Ferreira de Azambuja, diretor do Sescon-RS.

A Ver.ª Lourdes Sprenger, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente em exercício, Bobadra, senhor presidente do Sescon, Flávio Duarte Ribeiro Júnior, vice-presidente, Celso Luft, Sr. Diretor do Sescon, Luis Fernando Ferreira de Azambuja. Eu quero fazer um registro para quem não vem muito na Câmara, que houve essa chamada extra com depoimentos, inclusive, eu peço desculpas por tanto atraso. Ao propor esse Período de Comunicações, que é anual para cada vereador, em homenagem ao Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul, procuro destacar o trabalho dessa entidade que vai completar 35 anos. Trinta e cinco anos de atividades no próximo dia 16 de junho e que na semana passada deu posse à nova gestão 2022/2024, sob o novo comando do presidente Flávio Duarte Ribeiro Júnior, em substituição a Célio Lewandowski que fez uma excelente gestão. Quero dizer que fomos recepcionados com um evento muito importante, a apresentação de toda a diretoria e colegas que reencontramos ao longo dos anos, nossos colegas de profissão, contadores e auditores, e também esteve muito bem representada a Confederação, o Conselho Regional de Contabilidade, dentre outros órgãos públicos e autoridades. Eu, como sou contadora e auditora, me sinto muita à vontade em homenagear o Sescon, que eu vi nascer. Era uma associação, depois foi crescendo e hoje tem essa representatividade de aproximadamente 350 empresas associadas – empresas de pequeno, médio e grande porte. Hoje não é mais um registro de receitas e despesas, hoje os profissionais, o controller atua em todas as instâncias e fases de uma empresa, assessoramento, os próprios registros, orientações. São os aspectos contábeis e jurídicos que, muitas vezes, nós achamos que é fácil abrir uma empresa, vamos levando, não buscamos, às vezes, um assessoramento maior e as consequências, às vezes, não são muito agradáveis. Eu acompanhei também o Sescon aqui na CEFOR, no tempo do Observatório, foram

relevantes serviços prestados ao poder público, fazendo a sua assessoria, fazendo a sua avaliação de determinados segmentos nos órgãos públicos. Então, esta instituição defende a gestão pública eficaz, racionalização dos impostos, fortalecimento da representatividade, liberdade individual e coletiva na relação de emprego, combate à informalidade e luta pela longevidade das empresas. O Sescon-RS defende importantes questões de interesse do setor de serviços do País, através de uma maior atuação política, junto ao poder público e à sociedade, busca melhoria de condições de empresas, como também falei, produtos e serviços que podem fazer a diferença nos negócios. Então, eu relacionei alguns trabalhos que geraram importantes conquistas, do Sescon, como a redução das multas do GFIP, manutenção da cobrança do ISSQN por profissional em Porto Alegre, simplicidade de normas e procedimentos de abertura, manutenção e baixa de empresas, impedindo a aprovação de proposições legislativas que aumentem a carga tributária. Então ele também promove ações – importante destacar – que são as capacitações; ações de apoio à gestão de empresa, como assessoria jurídica, de RH; cursos; produtos; serviços focados em gestão; certificado digital com valores subsidiados; convênios. E também muito importante, dos últimos anos, que foi essa aproximação com o governo do Estado e que muito contribuíram prefeituras, parlamentares, aqui estão eles, visando à defesa de interesse das empresas representadas pelo Sescon. E tem muito mais; certamente o presidente vai se alongar mais aqui, destacando a importância do Sescon. Também entra em debates públicos, com ações e lideranças políticas e empresariais para firmar posicionamento sobre essas questões relevantes, como o Imposto de Renda, a famosa reforma tributária e a alta carga tributária; como representação das empresas nas negociações coletivas, sempre defendendo o interesse do empreendedor, que é quem fomenta a economia com geração de emprego e renda. Ainda destacar que a categoria de contadores, assim como a de auditores, já há algum tempo deixou de ter como foco principal o que eu falei lá no início: o apontamento de receitas e despesas que é importante para o equilíbrio financeiro e fiscal dos órgãos públicos e privados, mas o profissional da contabilidade também incorpora funções de construtores de empreendimentos, capaz de decifrar cenários econômicos complexos e propor desafios para desenvolver o empreendedorismo com liquidez e resultados positivos, minimizando riscos, propondo investimentos muito além do controle de caixa, com a segurança legal e financeira que os dirigentes precisam quando têm que tomar decisões empresariais que não comprometam os seus negócios.

Vereador Airto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Minha cara Ver.ª Lourdes, colega contadora, amigo Bobadra, que preside esta sessão, aos amigos e colegas, presidente do Sescon, o Flávio Ribeiro, o Celso Luft, nosso vice-presidente, e o nosso querido Azambuja, diretor do Sescon; eu quero aproveitar esta oportunidade para trazer um abraço a vocês e registrar que acompanho a caminhada das nossas entidades. E vocês os três estão nas funções de comando, de condução das nossas entidades, já há algum tempo. Isso demonstra o desprendimento dos senhores e de tantos outros nesta nossa jornada. Eu fui vice-

presidente do nosso Clube de Bacharéis de Ciências Contábeis. Acho que são quase quatro décadas atrás. Eu quero cumprimentar a direção atual, desejando êxito, e as direções anteriores, em nome do ex-presidentes, o amigo Célio Lewandowski e o Diego Chamun, entre outros. Quero dizer que estou aqui na Câmara há 32 anos, quase 33, e o Sescon completa, querida Lourdes, 35 anos. O Sescon era uma criancinha quando eu cheguei aqui e tenho dito sempre da importância, da relevância do nosso trabalho de contadores e contadoras, profissionais da contabilidade, assim como os médicos das nossas empresas. Parabéns, vida longa ao Sescon, êxito a vocês. Um abraço, parabéns à amiga Lourdes e colega, pela homenagem merecidíssima. Obrigado.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Abrindo um parêntese, realmente, na nossa juventude, nos cruzamos, nos afastamos e viemos nos encontrar aqui. Eu fui do sindicato, da federação, do Conselho de Contabilidade – só não fui do Sescon –, de outras entidades existentes. Então, nós nos sentimos muito felizes de poder, nos 35 anos, dar esse destaque, na Câmara Municipal de Porto Alegre, ao Sescon, e desejar uma profícua gestão a essa nova diretoria muito simpática, que nos recebeu muito bem. Mais uma vez, parabéns a todos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, Ver.ª Lourdes.

O Sr. Flávio Duarte Ribeiro Júnior, Presidente do Sescon-RS, está com a palavra.

SR. FLÁVIO DUARTE RIBEIRO JÚNIOR: Boa tarde, senhoras e senhores, nosso cumprimento ao Ver. Alexandre, que está presidindo a sessão de hoje, em especial, saudação à Ver.ª Lourdes, nossa colega, proponente desta homenagem ao Sescon-RS. Em nome da nossa diretoria do Sescon-RS quero agradecer à Câmara de Vereadores de Porto Alegre pela significativa homenagem e pela comemoração dos 35 anos de fundação da nossa entidade empresarial. Muito nos honra ocupar esse púlpito, onde são defendidas ideias em prol de uma sociedade mais solidária e mais fraterna, bem como projetos que visam o desenvolvimento econômico e social. Muito embora tenha tomado posse como presidente do Sescon há poucos dias para uma gestão até 2024, a nossa entidade tem sido parceira nas ações desta Casa, seja na construção de projetos legislativos, seja em projetos de gestão pública eficaz. Nessa profícua relação institucional, destaco a participação do Sescon/RS nos projetos de economia de compras da Prefeitura de Porto Alegre. Com a liderança do nosso Ver. Idenir Cecchim e da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, com o apoio do Observatório Social de Porto Alegre, houve uma economia de R$ 27 milhões aos cofres públicos municipais. Por certo, essa economia se traduz em oferecer mais saúde e educação aos porto-alegrenses. É nesse sentido que o Sescon/RS tem sido parceiro da nossa Câmara de Vereadores dentro de seus projetos denominados Gestão Pública Eficaz. Nossa atuação

vai ao encontro dos agentes públicos que buscam atribuir qualidade dos valores dos impostos em contrapartida da entrega de serviços à sociedade. No próximo dia 16 de junho, comemoramos 35 anos de história, que nasceu para representar as empresas de serviços contábeis, de auditoria, perícia, de assessoramento técnico, de informações e de pesquisa. São mais de 40 mil empresas representadas pelo Sescon/RS no nosso Estado. Como outras entidades de classe e sindicais, também começamos pequenos, apenas com uma pequena sala comercial na Av. Assis Brasil. Desta época aos dias de hoje, crescemos em patrimônio e em número de empresas de serviços que nós representamos. Temos hoje uma sede própria, com um centro de eventos, um estacionamento próprio, para atender aos associados e aos participantes das nossas atividades. Investimos em educação continuada através de grupo de gestão, dos nossos cursos de pós-graduação focados para empresas de serviços, além de cursos pontuais para atender às demandas dos profissionais e empresários da área contábil. Destaco ainda o nosso Programa de Qualidade Contábil, que teve origem no Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, específico para o nosso setor, que se chama PQC. É um sucesso o PQC com a participação das empresas contábeis em serviço do nosso Estado. Seguindo os propósitos dos nossos fundadores, bem como a filosofia da renovação das suas diretorias, é que o Sescon/RS irá seguir o seu rumo na consolidação dos seus valores éticos e da sua gestão focada na defesa dos interesses dos seus associados e representados. Quero aqui agradecer, o nosso muito obrigado à Câmara Municipal de Porto Alegre, obrigado ao Presidente Alexandre, por oportunizar, e em especial muito obrigado a minha colega, ou à nossa colega Lourdes, vereadora, pela honraria desta singular homenagem aos 35 anos do Sescon RS. Uma boa tarde, muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Muito Obrigado, presente Flávio.

Convido a Ver.ª Lourdes Sprenger a fazer a entrega do diploma. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Procede se à entrega do diploma.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h11min.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL) – às 16h15min: Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudação ao nosso Presidente em exercício, Ver. Bobadra, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Embora o presidente do DMAE não esteja mais aqui, o período de Comunicações foi concluído, secretário Germano, quero continuar aqui o

debate estabelecido inicialmente no início da sessão, quando, na fala dos secretários, eles dão uma ideia de que, Ver.ª Karen, tudo está dentro da normalidade; parece que qualquer em empresa de grande porte que chega em Porto Alegre, quando recebe uma compensação do Município, embora eles devam estar, é normal; normal, normal quando é feito na área externa da empresa e não dentro da mesma área; no caso que estávamos discutindo aqui, percebendo quando nós ouvíamos os secretários falarem daqui, é de que esta dita compensação foi feita dentro da área da empresa que veio aqui em Porto Alegre fazer o dito empreendimento, mas, na verdade, temos que entender que o compromisso da empresa tinha que ser feito fora desta área da empresa, mas não foi feito; segundo o secretário, vão fazer, podendo atingir até R$ 10 milhões, mas não disse, não disse que obra, não disse onde, deixou muito genérico aqui, infelizmente, a opinião do secretário e do presidente do DMAE. Lembramos que, em outras ocasiões; na verdade as compensações, não tem lei, inclusive, que especifique – tentamos no passado fazer para que constasse na placa de divulgação da obra qual a compensação mitigatória, mas infelizmente isso não é divulgado. Nós sabemos que existem grandes empreendimentos na cidade, existe uma falta de estrutura de serviços públicos, posto de saúde, escolas infantis, aumento de servidores, prontos atendimentos, UPAs; há um caos na cidade com a falta de servidores na saúde, na educação e na assistência. A gente não vê nenhuma obra significa do governo; ele apenas fala que, nas compensações, alguns empreendedores fazem as compensações para ampliar ou melhorar no entorno daquele empreendimento. Aqui, no Centro da cidade, quando surgiu a primeira parte do Plano Diretor do Centro Histórico, alguns empreendimentos tinham que, como compromisso de compensação, fazer o passeio da calçada; ao invés de fazer algo importante para a cidade, tinham que fazer o passeio da calçada. Mas isso é óbvio, pois está dentro do terreno da empresa e que, portanto, há um compromisso, ao apresentar o projeto de lei, desse passeio estar em condições de tráfego. Mas, infelizmente, quando se trata desses grandes empreendedores, há essa facilidade, vamos dizer assim, de amenizar as contrapartidas. Nós achamos que tem que ser mais responsável para isso. E esperamos que o Ministério Público de Contas cancele, sim, esse pagamento de R$ 1,705 milhão para o DMAE pagar a própria Prefeitura. Quem tem que pagar ao DMAE ou à Prefeitura é a empresa que vem para cá, para poder viabilizar as compensações no entorno, seja macrodrenagem do arroio tal, A ou B, ou qual for, mas, regionalmente, o compromisso tem que ser da empresa que se estabelece na nossa cidade, caso contrário, pessoal, é realmente favorecer quem já é muito bem aquinhoado e que não precisaria de tamanha compensação – essa que é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): A Ver.ª Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas. Eu vou usar o período de Comunicação para trazer não só um repasse em relação a algumas

atividades que o mandato vem exercendo em relação à garantia da luta pelo direito da população de Porto Alegre. A gente acha importante usar este espaço aqui não só para explanar sobre o assunto, sobre a necessidade que está colocada, mas para também cobrar do governo prazos e algumas explicações.

Primeiramente, sobre transporte público de Porto Alegre, nas últimas três semanas, a gente teve dois protestos importantes na nossa cidade, um deles foi no Rincão, pela volta dos ônibus alimentadores e também por mais horários do Belém Velho/Rincão. E, na última sexta-feira também, na Lomba do Pinheiro, em relação às linhas Mapa e Quinta do Portal, a demanda da comunidade é para que volte como era antes da pandemia os ônibus da Mapa e os do Quinta do Portal, não somente em horário de pico, mas que haja novamente a divisão dessas duas linhas. Lembrando também que a comunidade da Glória, agora, na sexta-feira, às 17 horas, está organizando um protesto, e também está solicitando informação à EPTC, ao secretário Adão de Castro Júnior, secretário de Mobilidade Urbana, informação em relação à extinção das duas linhas que abarcam a comunidade Glória, que é o 274 e o 274-1, que estão com previsão de extinção. Então, Rincão, Mapa e Glória são comunidades que estão se mobilizando, estão fazendo trancaços, estão fazendo protestos, fechando as principais ruas e avenidas para tentar alertar o governo, alertar a EPTC e o secretário de Mobilidade Urbana que a política que está sendo apresentada pelas empresas de ônibus não dá, não está garantido dignidade, está criando problemas para comunidade, é a população que paga por todo esse serviço na roleta, e o nosso papel, enquanto Câmara de Vereadores de Porto Alegre, é fiscalizar e buscar mediações para sanar os problemas que a população vêm nos colocando. Então, nós, enquanto mandato, estamos exigindo reunião com a EPTC, reunião com o secretário Adão de Castro, de Mobilidade, com o Aires, que foi o adjunto da pasta de Mobilidade, conhece bem a realidade, porque não foi uma nem duas vezes que nos reunimos com esses secretários para apontar esses problemas. A população está indo buscar a luta pelos seus direitos de uma forma mais direta, está fazendo protesto. Eu acho que a gente tem que olhar para isso com carinho, é Rincão, é Mapa, é Glória, amanhã é Sarandi, depois é Lomba do Pinheiro inteira, depois é comunidade da Vila Cruzeiro, depois é Rubem Berta, e aí não adianta vir aqui reclamar que o povo protesta e faz trancaço nas ruas – eles estão demandando essa atenção do poder público. Segundo ponto que eu queria trazer para vocês, os nossos pedidos de providências, sobretudo a pasta da SMSUrb**,** Secretaria de Serviços Urbanos, e também do DMAE, o desassoreamento do Arroio Salso. Novamente nós vamos enfrentar um inverno chuvoso, e ainda não tem uma previsão de desassoreamento do Arroio Salso, sobretudo os braços do Arroio que desembocam no Rincão, na altura da Honduras, na altura da Rua África do Sul. É uma demanda que a comunidade vem colocando para nós, já fizemos pedido de providências, reivindicamos à SMSUrb também patrolamento da região. A informação que nos foi dada pelo cargo comissionado vinculado à secretaria é de que não tinha motorista para fazer o uso da patrola, da retroescavadeira. Mas isso já faz mais de um mês, e a comunidade está no meio de buracos, e, com as chuvas e com o advento do não desassoreamento do Arroio Salso, novamente nós vamos enfrentar uma situação de alagamento. Então já fizemos esse pedido de providências; reivindico uma

resposta por parte do DMAE, por parte da SMSUrb em relação a esses dois problemas que a comunidade do Rincão, Vila Mariante vem trazendo para nós, drenagem da Rua Rocco Aloise também é uma demanda do DMAE. A gente debateu anteriormente aqui as prioridades do DMAE, de dar recursos milionários para empresas privadas que se alocam na nossa cidade e, ao mesmo tempo, não tem essa mesma atenção e agilidade com as nossas comunidades que sofrem com problemas de drenagem e desassoreamento dos seus arroios. Drenagem da Rua Rocco Aloise, Sarandi, comunidade embaixo ali da Vila Nazaré, já solicitamos esse pedido de providências. A comunidade está numa situação periclitante, com o advento das chuvas vai piorar a situação desses moradores que têm as suas casas inundadas e precisam ter uma resposta imediata em relação a essa possibilidade de fazer um projeto de drenagem de duas ruas ali, o que é bem plausível. E é fundamental que a gente enxergue isso enquanto um problema da cidade também. Com certeza não é só na Rua Rocco Aloise, no bairro Sarandi. Falando em Sarandi, falando em alagamento, o último alagamento que nós tivemos no arroio Sarandi foi no dia 6 de dezembro. O próprio prefeito Mello foi lá na comunidade que fica na divisa com o arroio e prometeu o ressarcimento para essas famílias daquilo que elas perderam com a última enchente. O levantamento das perdas foi feito pelas famílias, indicamos isso à assessoria do governo que se colocou para resolver esse problema do ressarcimento das perdas daquelas famílias do arroio Sarandi que alagou, repito, em 6 de dezembro, e nós estamos desde o início do ano reivindicando, por parte da assessoria que o próprio prefeito Melo colocou à disposição da comunidade, o ressarcimento daquilo que foi prometido. Foi feita a listagem e até agora não tivemos uma resposta, nós não temos prazos, nós não temos um compromisso. É cansativo ficar mandando mensagem todo o dia para assessor do governo e não ter resposta de um prazo para a gente conseguir ser transparente e honesto com aquela população. E, novamente, há previsões de chuva, e a gente está trazendo aqui uma série de comunidades que vão sofrer novamente com esse problema de alagamento. Prestem atenção a isso. Tem um debate de que o prefeito Melo faz a zeladoria da cidade. Isso não é verdade, ele faz a zeladoria da cidade para alguns bairros, aqueles bairros que historicamente já foram privilegiados, e deixa a desejar em bairros como Lomba do Pinheiro, como Restinga, como Rincão E é isso que nós viemos denunciar aqui, essa ideia de que a cidade está melhorando e de que o Melo tem uma preocupação com a zeladoria. Com quais comunidades? E qual é o prazo e a transparência que a gente tem de resposta para construir esse projeto de cidade juntos, porque ele também se coloca muito nesse discurso que estamos construindo medidas, junto com a oposição... Não vejo isso, nós somos um mandato muito ativo nesse sentido da zeladoria, nós cobramos, fazemos pedido de providências, de informações, usamos a CUTHAB para fazer diagnósticos mais profundos dos problemas e a gente não tem resposta objetiva em relação a esses problemas que a gente vem levantando. Por fim, eu acho que é importante colocar aqui também desta tribuna, um problema em relação à terceirização, novamente, das atividades de limpeza e cozinha das escolas da rede do Município. Por duas vezes o governo mandou para cá um projeto para tratar da contratação direta, porque as empresas declararam falência e não pagaram o direito das

trabalhadoras terceirizadas, dessas trabalhadoras que estão há três anos sem ter férias. Nós reivindicamos agora nove dias de recesso para elas, e não tivemos essa demanda atendida. Então essa forma de lidar com esse perfil de trabalhador que limpa, que cozinha, que higieniza as nossas escolas não dá. Nós não queremos o retorno da terceirização, a gente teve problema com a Cootrario, empresa que prestava esse serviço; nós tivemos problema com a Multiclean, empresa que prestava esse serviço; tivemos problema, sim, com a contratação direta pelo Município, mas a gente conseguiu, ao longo desses dois anos, estabelecer canal de diálogo para levar os problemas de VTs não pagos, para levar os problemas de licença não respeitados e para reivindicar um pouco mais de direitos para essa categoria. A gente sabe que retornar à terceirização – e é bizarro porque, no edital quer efetivar essa terceirização, pode até ser 13 empresas que vão concorrer para os mesmos serviços. Isso é absurdo, porque se a gente tinha um problema antes com a Multiclean, a gente vai ter 13 problemas para resolver com empresas que vão poder disputar um edital para prestação de um serviço que é único nas escolas. Para concluir, algumas das empresas que ganharam esse edital já estão tendo problema em Canoas de não pagamento dos direitos trabalhistas, de assédio moral, de assédio sexual. Então é inadmissível que a Prefeitura faça essa opção de terceirizar um serviço, precarizar a vida de 5, 6 mil mulheres que têm que submeter a esse tipo de emprego para sobreviver. Não dá, a contratação teve problema? Tivemos problemas, incomodamos muito a Lu, que é a assessora da SMED e que se colocou à disposição para fazer essa mediação, mas com a terceirização, gente, nós não conseguimos nem acessar as chefias das empresas para cobrar explicações em relação ao trabalho não prestado, a VT não entregue, a assédio moral e a assédio sexual. Não podemos retroceder, isso também um problema desta Câmara de Vereadores que a gente tem que enfrentar neste ano. Era isso e obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Encerrado o período de Comunicações.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Atlas Biosocial, que tratará de assunto relativo à Implementação da Lei Municipal de Ampliação da Triagem Neonatal. A Sra. Deise Zanin, presidente da entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. DEISE ZANIN: Obrigada, Presidente. Na pessoa do Presidente eu cumprimento todos os vereadores aqui presentes e saúdo as demais pessoas que nos assistem nesta tarde. O Instituto Atlas Biosocial é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atende demandas de pacientes com doenças raras, graves e

crônicas no Estado do Rio Grande do Sul, mas com abrangência em nível nacional. A nossa sede é em Porto Alegre, e além do acolhimento das famílias, nós temos também a educação continuada e também buscamos políticas públicas que melhorem a qualidade de vida desses pacientes, além dos seus tratamentos. O motivo de estarmos nesta tribuna no dia de hoje é porque na última segunda-feira, dia 6, foi o Dia Nacional de Conscientização da Triagem Neonatal, que muitos conhecem pelo teste do pezinho. Hoje, o SUS oferece a detecção de até seis doenças pelo Teste do Pezinho, podendo fazer a detecção de até 53 doenças na rede privada. Em março deste ano foi sancionada a Lei Municipal nº 13.013/22, que permite a ampliação da triagem neonatal no Município de Porto Alegre, seguindo os caminhos do Estado do Rio Grande do Sul, que contempla essa ampliação de 2020, bem como a política federal; porém as três leis continuam no papel, nenhuma está funcionando efetivamente. O motivo, além de estar aqui para falar da importância dessa ampliação, é para que os senhores pensem e reflitam na possibilidade de inclusão no orçamento, que ainda vai ter voltado para o ano que vem, para que essa ampliação comece. Quando a gente fala no diagnóstico precoce de doenças, nós falamos em melhoria na vida dos pacientes, assim como na vida de suas famílias, e também - por que não dizer? - em redução dos gastos públicos, porque muitas doenças acabam tendo internações recorrentes, muitas idas ao médico, que trazem também outros custos. Então já existe um Serviço de Triagem Neonatal, essa ampliação pode ser feita, é prevista, temos um grupo renomado de pessoas que podem estar ajudando por qual começar, e o importante é dar o primeiro passo. Se em 2023 nós tivermos uma nova doença, Porto Alegre será o primeiro Município no Brasil, porque hoje só tem esse teste ampliado em Brasília, e os outros todos estão aguardando a lei federal. Então não vou me estender, agradeço à oportunidade e o Instituto fica à disposição dos senhores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Muito obrigado, Sra. Deise Zanin, representando aqui o Instituto Atlas Biosocial. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Bobadra, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, quero agradecer a Deise, que utiliza dessa tribuna para fazer um agradecimento ao nosso mandato pela iniciativa da lei. Aprovamos a ampliação do teste do pezinho que tem que ser regulamentada. Acho muito oportuno e importante, Deise, que a gente possa realmente trazer esse debate para o orçamento, mas eu queria te agradecer pela iniciativa de vir aqui à Tribuna Popular, através dessa parceria com nosso mandato, e fazer esse registro da tribuna, dessa iniciativa que foi conjunta: foi a quatro mãos, a seis mãos, a oito mãos; o nosso mandato colocou o projeto de lei em pauta e trouxe para agenda da Câmara graças à iniciativa também do Instituto Atlas Biosocial e dos demais atores que fizeram parte da

construção desta conscientização da ampliação de seis para 53 detecções. A gente quer agradecer todo o teu carinho, todo o teu empenho e dedicação, e esse registro em favor da nossa caminhada conjunta, em favor da nossa iniciativa, que é em favor das nossas crianças. Se uma criança tiver uma doença detectada por conta do teste do pezinho ampliado, já valeu à pena nós termos feito essa iniciativa e aqui em Porto Alegre termos aumentado a detecção do teste do pezinho de seis para 53 diagnósticos. Obrigado pelo carinho, pela parceria, e fico muito feliz de ter podido contribuir mais com esse avanço aqui em Porto Alegre aprovando essa lei de nossa autoria e a parceria com vocês na iniciativa e na ideia de trazer para o debate essa pauta. Pela atenção, obrigado, e um abraço fraterno da bancada do PDT.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações, Presidente. Saúdo aqui também a Deise, já conhecida aqui, tem vindo muitas vezes aqui na Tribuna, e hoje vem falar em nome do Instituto Atlas Biosocial sobre a Lei Municipal de Ampliação de Triagem Neonatal, que é teste do pezinho. Eu fiz três leis municipais, incluindo teste do olhinho, o teste da orelhinha e o teste do coraçãozinho. Porque esses testes, incluídos até seis meses após o nascimento, podem descobrir qualquer anormalidade, que tem, queira ou não, o ser humano. E a criança, quando recém-nascida, isso é dito pelos profissionais médicos, nós temos que correr contra o tempo. Se nós notarmos algo diferente, tem cura. Portanto pode ter, por exemplo, um câncer pode ter algo muito estranho, que, na verdade, após o parto, não é feita essa testagem. O teste do pezinho, ele é muito antigo, e agora o Márcio faz um teste para ampliar a testagem. Porque, dependendo da testagem, pode detectar outras doenças. E o Município diz que tem que aumentar o valor do orçamento; tem que entrar, Ver. Márcio, é uma lei. Essa lei municipal tem que entrar no pacote do parto, quem paga é o Sistema Único de Saúde, SUS. Eu acho que o governo está equivocado na sua proposição. O governo já recebe esse recurso de fundo a fundo, ele recebe e repassa ao prestador de serviços. Se ele não tem a questão do atendimento ao parto, como tem o Hospital Divina Providência, como têm alguns hospitais em Porto Alegre ou se são filantrópicos, eles compram esse serviço do poder público. E o poder público vai repassar o recurso. E o poder público recebe de fundo a fundo do Ministério da Saúde. Acho que o Município está equivocado. Se for isso, Márcio, tem que encaminhar, então, ao Ministério da Saúde, para que inclua – uma Moção aqui, assino junto, todos nós – no parto do bebê a questão da ampliação da testagem neonatal. Essa que é a verdade e o caminho. Caso contrário, fica inócua a nossa lei. Ela tem que entrar no pacote do parto, quando a mãe, enfim, vai dar à luz a sua criança. Parabéns, sucesso, tem que ir para luta mesmo, tem que denunciar; se não denunciar, Ministério Público. Boa sorte.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Dizer que é um prazer ter você na nossa Casa. Esse trabalho que vocês têm feito ali, realmente é muito importante, a gente também destinou verba para o teste do pezinho. A gente também esteve com o secretário Mauro Sparta, para pedir a priorização disso, para que ele pudesse também dar esse apoio e colocar em prioridade esses atendimentos. Nós sabemos da importância: quanto mais rápido se fizer, são vidas que serão salvas, são crianças que, no futuro, terão suas vidas salvas. A gente tem acompanhado, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Raras aqui da Casa, a gente vê a importância desse movimento, desse exame, para que as crianças tenham as suas vidas prolongadas. Inclusive a gente estava, naquele dia com o secretário Mauro Sparta, comentando sobre uma criança que faleceu exatamente por falta de ter esse atendimento priorizado, mais rápido, com mais objetividade, para que, no futuro, não aconteça o que aconteceu: o pai perder o seu filho, sabendo que poderia ter sido salvo se tivesse realmente um atendimento mais rápido. É fundamental você estar aqui e falar realmente dessa importância de estar à frente desse movimento da ampliação da triagem neonatal. Pode contar com a gente, pode contar com a Frente Parlamentar, estamos aqui também, na Casa, à inteira disposição. Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Agradecemos a presença da Sra. Deise Zanin, presidente do Instituto Atlas Biosocial. Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico e as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h41min.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL) – às 16h44min: Estão reabertos os trabalhos. Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h45min.)

*** * * * ***